



Diário Oficial

Diário Oficial do Município de Dois Irmãos do Buriti - MS

Criado pela Lei Municipal N. 409/2010 e Regulamentado pelo Decreto N.25/2019

ANO VI DIODIB - N.1432/2024

DOIS IRMÃOS DO BURITI-MS, SEXTA-FEIRA, 09 DE AGOSTO DE 2024

PÁGINA 1 de 7

Poder Executivo:

Prefeito: Wlademir de Souza Volk

Vice – Prefeito: Eder de Aguiar Viana

Advogada Geral: Marcela Miyadi Matsuda

Assessor de Gabinete: Paulo Henrique de Oliveira Chislaves

Controladora Geral: Cristiane Franco Garcia Santos

Sec. Munic. de Administração (Interino): Sidnei Ferreira da Silva

Sec. Munic. de Saúde: Silas Alves Pereira

Sec. Munic. de Educação: Jaison Luiz Ledesma

Sec. Munic. de Assistência Social: Carlos Augusto Barbosa Leite

Sec. Munic. de Obras (Interino): Robson Martins Nunes

Sec. Munic. de Planejamento e Finanças: Adriano Gomes

Sec. Munic. de Turismo (Interino): Paulo Henrique de Oliveira Chislaves

Sec. Munic. de Desenvolvimento Rural: Luiz Carlos Zacarin

Sec. Munic. de Assuntos Indígenas: Rodrigues Alcântara

Sec. Munic. de Desenv. Econômico e Social: Anderson Ribeiro da Silva

Coordenador Defesa Civil: Hanatiel Moura dos Santos

Poder Legislativo:

Vereador Presidente: Carlos Alberto Serafim dos Santos

Vereador Vice-Presidente: Gabriel Alves Miranda

Prevdib:

Diretor Presidente: Alexandre Ribeiro

Diretor Financeiro: Pablo Rodrigues Gazote

Diretora Secretária e de Benefícios: Laudiceia Schirmann

PODER EXECUTIVO

Telefones Úteis

Prefeitura: 67 3243-1117

Câmara Municipal: 67 3243-1033

Diário Oficial – DIODIB: 67 3243-1117

Conselho Tutelar: 67 3243 - 1691

Defesa Civil: 3243-1975, 67 9227-8657

Hospital Municipal Cristo Rei: 67 3243-1138

Correios: 67 3243-1277

PREVDIB: 67 3243-1007

CRAS – Centro Ref. Assist. Social: 67 3243-1742

Polícia Civil: 67 3243-1230

Polícia Militar: 67 3243-1332

Energisa: 0800 722 7272

Sanesul: 67 3243-1109

Posto de Atendimento Virtual da Receita Federal: 67 9237-1852

Departamento de Tributação: 67 9986-1313

Diário Oficial de Dois Irmãos do Buriti –DIODIB

Estado de Mato Grosso do Sul

Av. Reginaldo Lemes da Silva , S/N - Bairro Centro

Fone: (67) 3243-1117

diario@doisirmaosdoburiti.ms.gov.br

SUMÁRIO

ATOS DO PODER EXECUTIVO.....	pag.2
ATOS DO PREVDIB.....	pag.6
ATOS DO PODER LEGISLATIVO.....	pag.7

ATOS DO PODER EXECUTIVO

PORTARIAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 007/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 042/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2024

O MUNICÍPIO DE DOIS IRMÃOS DO BURITI – MS, inscrito no CNPJ sob o nº 24.616.187/0001-10 situado na Av. Reginaldo Lemes da Silva, nº 01, Centro, Dois Irmãos do Buriti/MS, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, WLADEMIR DE SOUZA VOLK, brasileiro, empresário, casado, portador do RG nº. XXXXXXX SSP/MS e CPF nº. XXX.177.XXX-82, residente e domiciliado na Rua XXXXXX, S/N, Centro, Dois Irmãos do Buriti – MS, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 007/2024 RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº 14.133/2021 e em conformidade com as disposições a seguir:

DILUZ COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA, inscrita no CNPJ Sob nº 11.997.015/0001-92, com sede na rua Bahia, nº 1369, Vila Marman, CEP 79.010-241, na cidade de Campo Grande/MS, telefone (67) 3382-8282, neste ato representado pela Sr.ª VALÉRIA ZAN MOLINARO, portadora da cédula de identidade nº XXXXXX SSP/MS e do CPF nº XXX.654.XXX.721-XX.

MEPS LED ATACADO E DISTRIBUIDORA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 50.117.026/0001-92, com sede na rua Benedito Rodrigues do Prado, nº 102, Jardim do Prado, CEP 16.025-390, na cidade de Araçatuba/SP, telefone (48) 3621-6402, neste ato representado pela Sr.ª MARIA EDUARDA PRADO DA SILVA, portadora da cédula de identidade nº XXXXXX SSP/MT e do CPF nº XXX.037.XXX-51.

W LED ELÉTRICA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 53.760.213/0001-88, com sede na rua Baraúnas, nº 85, Parque dos Novos Estados, CEP 79.034-130, na cidade de Campo Grande/MS, telefone (67) 99270-6804, neste ato representado pelo Sr.º WEBERSSON FLORES ARGUELHO, portador da cédula de identidade nº XXXXX SSP/MS e do CPF nº XXX.062.XXX-60, cuja proposta foram classificadas em primeiro lugar no certame acima referido observada as condições enunciadas nas cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1. REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE DOIS IRMÃOS DO BURITI – MS, em conformidade com as especificações, quantidades e condições contidas no Termo de Referência, Edital e seus anexos.

1.1. Da relação do (s) preço (s) registrado (s):

DILUZ COMERCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA – CNPJ Nº 11.997.015/0001-92

Item	Descrição	Unid	Qtd	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
3	BRAÇO PARA LUMINÁRIA 1 M BRAÇO PARA LUMINÁRIA RETO GALVANIZADO 25,4MM X 1 METRO PARA UTILIZAÇÃO ILUMINAÇÃO PÚBLICA.	UN	100	IBILUX	18,40	1.840,00
VALOR TOTAL R\$						1.840,00

MEPS LED ATACADO E DISTRIBUIDORA LTDA – CNPJ 50.117.026/0001-92

Item	Descrição	Unid	Qtd	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
4	CINTA PARA POSTE 220" PAR DE CINTAS PARA POSTE CIRCULAR 220 MM, COM DOIS PARAFUSO FRANCÊS 70MM, AÇO GALVANIZADO A FOGO.	UN	200	SANTA FÉ	29,90	5.980,00
13	LUMINÁRIA PÉTALA LED 50W LUMINÁRIA TIPO PÉTALA LED PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, POTÊNCIA NOMINAL 50W, TEMPERATURA DE COR 6500K, 4500 LM, 110LM/W, ÂNGULO DE ABERTURA 145, TENSÃO BIVOLT, FATOR DE POTÊNCIA MAIOR OU IGUAL A 0,92, FREQUÊNCIA 50/60HZ, ÍNDICE DE PROTEÇÃO MÍNIMO IP66, VIDA ÚTIL MÍNIMA DE 50.000 HORAS, APRESENTAR O CERTIFICADO INMETRO.	UN	400	MTX	64,50	25.800,00

14	LUMINÁRIA PÉTALA LED 60W LUMINÁRIA TIPO PÉTALA LED PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, POTÊNCIA NOMINAL 60W, TEMPERATURA DE COR 6500K, 6600 LM, 110LM/W, ÂNGULO DE ABERTURA 145, TENSÃO BIVOLT, FATOR DE POTÊNCIA MAIOR OU IGUAL A 0,92, FREQUÊNCIA 50/60HZ, ÍNDICE DE PROTEÇÃO MÍNIMO IP66, VIDA ÚTIL MÍNIMA DE 50.000 HORAS, APRESENTAR O CERTIFICADO INMETRO.	UN	400	MTX	64,50	25.800,00
VALOR TOTAL R\$						57.580,00

W LED ELÉTRICA LTDA – CNPJ 53.760.213/0001-88

Item	Descrição	Unid	Qtd	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
1	BASE PARA RELE BASE GIRATÓRIA 360° PVC PARA USO EM RELE FOTOELETRONICO COM HASTE METÁLICA.	UN	200	MAPRETRONIC	4,50	900,00
2	BRAÇO CURVO GALVANIZADO 3 M BRAÇO PARA LUMINÁRIA CURVO DE AÇO GALVANIZADO 48MM X 3 METROS PARA UTILIZAÇÃO NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA.	UN	100	INOXIDAVEL	88,90	8.890,00
5	CONECTOR PERFURANTE DERIVAÇÃO 95 (16-95) CONNECTORES DE PERFURAÇÃO PARA REDE AÉREA, TENSÃO DE APLICAÇÃO: 0,6/1 KV, PARA CABOS: PRINCIPAL: 10MM² - 95MM² E DERIVAÇÃO: 1,5MM² -10MM²	UN	200	MCI	4,30	860,00
6	CONTATORA TRIFÁSICA 32 AMPERES CONTACTORA TRIFÁSICA 32A PARA USO NA TENSAO DE 220V	UN	10	DECORLUX	58,90	589,00
7	CONTATORA TRIFÁSICA 50 AMPERES CONTACTORA TRIFÁSICA 50A PARA USO NA TENSAO DE 220V	UN	10	DECORLUX	124,00	1.240,00
9	FIO SOLIDO FLEXIVEL 2,5 MM CABO DE COBRE ISOLADO FLEXÍVEL CLASSE 5	MTS	6000	CORFIO	1,70	10.200,00
10	FITA ISOLANTE 20 M FITA PVC ISOLANTE 18MM X 20 METROS	UN	100	DECORLUX	3,59	359,00
11	LÂMPADA BULBO LED 65W LAMPADA LED ALTA POTENCIA 65W, 6500K, BIVOLT, ROSCA E27/E40, FREQUENCIA 50/60HZ	UN	250	KIAN	30,00	7.500,00
12	LUMINÁRIA PÉTALA LED 120W LUMINÁRIA TIPO PÉTALA LED PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, POTÊNCIA NOMINAL 120 W, TEMPERATURA DE COR 6500K, 13.200 LM, 110LM/W, ÂNGULO DE ABERTURA 145, TENSÃO BIVOLT, FATOR DE POTÊNCIA MAIOR OU IGUAL A 0,92, FREQUÊNCIA 50/60HZ, ÍNDICE DE PROTEÇÃO MÍNIMO IP66, VIDA ÚTIL MÍNIMA DE	UN	200	BRIALLUX	123,00	24.600,00

	50.000 HORAS, APRESENTAR O CERTIFICADO INMETRO					
15	LUMINÁRIA PÉTALA LED 90W LUMINÁRIA TIPO PÉTALA LED PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, POTÊNCIA NOMINAL 90W, TEMPERATURA DE COR 6500K, 9900 LM, 110LM/W, ÂNGULO DE ABERTURA 145, TENSÃO BIVOLT, FATOR DE POTÊNCIA MAIOR OU IGUAL A 0,92, FREQUÊNCIA 50/60HZ, ÍNDICE DE PROTEÇÃO MÍNIMO IP66, VIDA ÚTIL MÍNIMA DE 50.000 HORAS, APRESENTAR O CERTIFICADO INMETRO.	UN	200	BRIALLUX	90,90	18.180,00
16	PARAFUSO FRANCÊS GALVANIZADO PARA CINTA 220” PARAFUSOS FRANCÊS M16 X 70MM, TODOS OS PARAFUSOS COM AS RESPECTIVAS PORCAS.	UN	350	OLIVO	3,50	1.225,00
17	REFLETOR 100W REFLETOR POTÊNCIA 100W, MODELO IP67, 110V/220V, LUZ DE LED BRANCO-FR IO 6500K, A PROVA D'ÁGUA COM FORMATO RETANGULAR.	UN	100	APOLLO	20,00	2.000,00
18	REFLETOR 200W REFLETOR POTÊNCIA 200W, MODELO IP67, 110V/220V, LUZ DE LED BRANCO-FRIO 6500K, A PROVA D'ÁGUA COM FORMATO RETANGULAR.	UN	100	APOLLO	40,00	4.000,00
19	REFLETOR 400W REFLETOR POTÊNCIA 400W, MODELO IP67, 110V/220V, LUZ DE LED BRANCO-FRIO 6500K, A PROVA D'ÁGUA COM FORMATO RETANGULAR.	UN	150	TOPLIGHT	80,00	12.000,00
20	REFLETOR 50W REFLETOR POTÊNCIA 50W, MODELO IP67, 110V/220V, LUZ DE LED BRANCO-FRIO 6500K, A PROVA D'ÁGUA CO M FORMATO RETANGULAR.	UN	70	APOLLO	18,00	1.260,00
21	RELE FOTOELETRONICO RELE FOTOELÉTRICO BIVOLT 1000W FREQUÊNCIA 50/60 Hz	UN	600	MAPRETRONIC	10,50	6.300,00
VALOR TOTAL R\$						100.103,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ADESÃO AO PREÇO DA LICITANTE VENCEDORA PARA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

2.1. Ao preço da primeira colocada em cada lote/item poderão ser registradas tantas fornecedoras que aderirem ao preço da primeira, observada a ordem de classificação das propostas. A confirmação de adesão ao primeiro menor preço será registrado na própria sessão da licitação.

2.2. CADASTRO RESERVA: Da relação do (s) proponente (s) que aderiram ao preço da vencedora:

MEPS LED ATACADO E DISTRIBUIDORA LTDA – CNPJ N° 50.117.026/0001-92.

01, 05, 06, 07, 15 e 20.

LEDLUZ INDUSTRIA E COMERCIO LTDA – CNPJ N° 12.072.665/0001-90.

02, 16, 17, 18 e 21.

MK MATERIAIS ELETRICOS E CONSTRUCAO LTDA – CNPJ N° 54.693.472/0001-04.

3 e 19.

LUZ & CIA LTDA – CNPJ N° 31.075.299/0001-77.

4 e 12.

DILUZ COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA – CNPJ N° 11.997.015/0001-92.

09.

GCM COMERCIAL LTDA – CNPJ N° 43.471.316/0001-74.

10 e 11.

W LED ELETRICA LTDA – CNPJ N° 53.760.213/0001-88.

13 e 14.

CLÁUSULA TERCEIRA - INEXECUÇÃO, EXTINÇÃO E/OU CANCELAMENTO DA ATA

3.1. A inexecução contratual ensejará a extinção do instrumento contratual e/ou o cancelamento da ata de registro de preços, nos termos da Capítulo VIII, da Lei n. 14.133/2021, nos seguintes modos:

3.2. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

3.3. Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

3.4. Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

3.5. O descumprimento, por parte da DETENTORA DA ATA, de suas obrigações legais e/ou contratuais assegura o Município de Rio Verde de Mato Grosso o direito de extinguir o instrumento contratual e de cancelar a ata de registro de preços a qualquer tempo, independentemente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

3.6. O cancelamento unilateral, com fundamento no inciso I do art. 138 e art. 139 da Lei n. 14.133/2021, sujeitará a DETENTORA DA ATA à multa rescisória de até 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do item acerca do qual foi verificado o descumprimento por parte da DETENTORA DA ATA, independentemente de outras penalidades.

3.7. Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, observando-se o contraditório e a ampla defesa.

3.8. No caso de desistência de fornecimento, ocorrerá o cancelamento da Ata de Registro de Preços, sujeitando-se a DETENTORA DA ATA às sanções administrativas pertinentes.

3.9. Caracterizada a inexecução e constatado o prejuízo ao interesse público, o Município de Rio Verde de Mato Grosso poderá aplicar à DETENTORA DA ATA outras sanções e até mesmo iniciar o processo de extinção do instrumento contratual e de cancelamento da ata de registro de preços.

3.10. O registro do fornecedor será cancelado quando:

- descumprir as condições da ata de registro de preços;
- não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- não aceitar reduzir o preço de contrato decorrente da ata, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- sofrer as sanções previstas nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

3.11. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos III, IV e VI do caput será formalizado por despacho fundamentado.

3.12. O cancelamento do registro de preços também poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata:

- por razão de interesse público devidamente comprovado e justificado;
- a pedido do fornecedor;
- descumprir as condições da ata de registro de preços;
- não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- não aceitar reduzir o preço de contrato decorrente da ata, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou,
- sofrer as sanções previstas nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

3.13. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos III, IV e VI do caput será formalizado por despacho fundamentado.

CLÁUSULA QUARTA - DA REVISÃO DE PREÇOS

4.1. A ata de registro de preços não será objeto de reajuste, repactuação, revisão, ou supressão ou acréscimo quantitativo ou qualitativo, sem prejuízo da incidência desses institutos aos contratos dela decorrente, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, salvo no caso de prorrogação.

4.2. O pedido de revisão dos preços poderá ocorrer a qualquer tempo.

4.3. O pedido, devidamente instruído com provas que evidenciem a necessidade da revisão de preço, deverá ser endereçado ao Fiscal do Contrato ou documento equivalente, com identificação do instrumento a que se refere.

Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta,

4.4. de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

4.5. Na hipótese de a DETENTORA DA ATA solicitar alteração de preço(s), terá que requerer justificadamente, apresentando documento(s) que comprove(m) sua procedência, tais como: lista de preços de fabricantes, matérias-primas, transporte, nota fiscal de compras ou documentos similares referentes à data da apresentação da proposta e à data em que ocorreu o desequilíbrio econômico-financeiro do pactuado.

4.6. Somente será concedido reequilíbrio econômico-financeiro do preço registrado se configurada e comprovada a hipótese prevista no art.124, II, “d”, da Lei n. 14.133/2021.

4.7. Não será apreciado o pedido de revisão de preços que não vier acompanhado de provas do desequilíbrio sofrido.

CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A CONTRATADA deverá executar o objeto contratado conforme solicitação da CONTRATANTE, nos termos prescritos no Termo de Referência, obedecendo-se ainda os seguintes preceitos:

5.2. A entrega dos produtos será IMEDIATA, contado do recebimento de cada Ordem de Fornecimento, JUSTIFICA-SE ESSA ENTREGA IMEDIATA, PELO FATO DE NÃO TER ALMOXARIFADO PARA ARMAZENAR ESSE TIPO DE PRODUTO E POR TER ESCOLA, CRECHES E TAMBÉM HOSPITAL QUE NECESSITAM DESSE PRODUTO SEM TER PREVISÃO DE DIA E HORA.

5.3. O responsável pelo recebimento do objeto deverá atestar a qualidade e quantidade dos produtos, devendo rejeitar qualquer objeto que esteja em desacordo com o especificado no Termo de Referência.

5.4. Os produtos deverão ser entregues durante o horário de expediente, sob pena de rescisão contratual, Entrega dos produtos: Em local e horário acordados previamente.

5.5. Os produtos rejeitados, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, deverão ser substituídos/refeitos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, assuas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.6. Demais formas de execução estão no Termo de Referência, parte integrante deste Edital.

CLÁUSULA SEXTA - CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E PAGAMENTO

6.1. Os produtos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

6.2. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

6.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

6.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

6.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do recebimento dos produtos nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

6.8. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta corrente, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo da entrega da parcela dos produtos, após a apresentação da respectiva nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

6.9. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- o prazo de validade;
- a data da emissão;
- os dados do contrato e do órgão contratante;
- o período respectivo de execução do contrato;
- o valor a pagar; e
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado

6.12. Providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

6.13. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

6.14. Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

6.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento

a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

6.17. A Contratada, durante toda a execução do contrato, deverá manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.18. O pagamento será realizado conforme a ordem cronológica de pagamentos do Município, em até 30 (trinta) dias contado após a emissão e protocolo da nota fiscal, com o aceite do fiscal, observadas as condições de recebimento provisória ou definitiva.

6.19. A nota fiscal deverá vir acompanhada de relatório dos produtos prestados/executados e fornecidos.

6.20. Na emissão da nota fiscal deverá ser informado o número do empenho e Autorização de Fornecimento correspondente.

6.21. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade contratual (multa) ou em razão de inadimplência referente à execução do objeto contratual, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou à correção monetária.

6.22. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento.

6.23. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a entrega do objeto.

6.24. No dever de pagamento pela Administração, será observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos.

6.25. A ordem cronológica referida somente poderá ser alterada, mediante prévia justificativa da autoridade competente e posterior comunicação ao órgão de controle interno da Administração e ao Tribunal de Contas competente, exclusivamente nas seguintes situações:

I - grave perturbação da ordem, situação de emergência ou calamidade pública;

II - pagamento a microempresa, empresa de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual e sociedade cooperativa, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato;

III - pagamento de serviços necessários ao funcionamento dos sistemas estruturantes, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato;

IV - pagamento de direitos oriundos de contratos em caso de falência, recuperação judicial ou dissolução da empresa contratada;

V - pagamento de contrato cujo objeto seja imprescindível para assegurar a integridade do patrimônio público ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, quando demonstrado o risco de descontinuidade da prestação de serviço público de relevância ou o cumprimento da missão institucional.

6.26. Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao fornecimento de bens, à execução de obras ou à prestação de serviços;

6.27. O gestor do contrato será o responsável pela certificação das Notas Fiscais, bem como liberará a Nota Fiscal para pagamento, quando cumpridas, pela licitante vencedora, todas as condições pactuadas.

6.28. É condição para o pagamento do valor constante da Nota Fiscal, a prova de regularidade com os Tributos da esfera federal, estadual e municipal, através da apresentação das seguintes certidões:

- Certidão Negativa de Tributos Federais;
- Certidão Negativa de Tributos Municipal;
- Certidão Negativa de Tributos Estadual;
- Certificado de Regularidade do Empregador - FGTS (CRF) e,
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT

CLÁUSULA SÉTIMA - RECUSA DA CONTRATAÇÃO

7.1. Consideram-se motivos justificados para recusa da contratação:

a) a alteração social, a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique as contratações decorrentes do registro;

b) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do objeto da licitação.

c) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil, salvo se decorrente de procedimento fraudulento, devidamente comprovado; d) a dissolução da sociedade ou o falecimento do fornecedor;

7.2. O Município, diante da recusa, apurará as razões do interessado no próprio processo que deu origem à contratação, de que poderá resultar a liberação do compromisso por ele assumido, ou a rejeição da recusa e consequente aplicação das penalidades cabíveis, previstas neste edital, sem embargo de lhe ser franqueado contraditório e a ampla defesa.

7.3. Na hipótese de ocorrência de caso fortuito ou de força maior que tenha o condão de motivar o atraso na entrega do objeto no prazo previsto neste Edital, deve(m), o(s) adjudicatário(s) submeter(em) os fatos, por escrito ao Município, com as justificativas correspondentes, acompanhadas da comprovação devida, para análise e decisão, desde que dentro do prazo estabelecido para a entrega do material.

CLÁUSULA OITAVA - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 01 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

8.2. Os valores registrados serão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, salvo nos casos previstos no artigo 124, Inciso II, alínea d.

8.3. Transcorrido o prazo de 12 (doze) meses, caso a administração opte pela prorrogação da vigência da ata de registro de preços, o valor registrado poderá ser reajustado, com base no índice INPC.

8.4. A ata de registro de preços não será objeto de reajuste, repactuação, revisão, ou supressão ou acréscimo quantitativo ou qualitativo, sem prejuízo da incidência desses institutos aos contratos dela decorrente, nos termos da Lei nº 14.133, salvo no caso de prorrogação.

8.5. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

8.5.1. O fornecedor que não aceitar reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

8.5.2. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

8.6. Para se habilitar à revisão dos preços, o interessado deverá formular pedido, mediante requerimento protocolado, devidamente fundamentado, e acompanhado dos seguintes documentos:

8.6.1. Planilha de composição do novo preço, com os mesmos elementos formadores dos preços originalmente registrados, devidamente assinada sobre carimbo da empresa;

8.6.2. Cópia da(s) Nota(s) Fiscal(is) dos elementos formadores do novo preço;

8.6.3. Cópia da(s) Nota(s) Fiscal(is) dos elementos formadores do preço original na época da apresentação das propostas.

8.7. Sendo procedente o requerimento da empresa, o equilíbrio econômico financeiro será concedido a partir da data do protocolo do pedido.

8.7.1. A detentora da ARP deverá cumprir com a entrega de todos os produtos empenhados anteriormente a data do protocolo do pedido de realinhamento.

8.7.2. A detentora da Ata não poderá interromper o fornecimento durante o período de tramitação do processo de revisão dos preços.

CLÁUSULA NONA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

9.1. A gestora da Ata de registro de preço coordenará a entrega dos produtos, a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização da avença contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

9.2. Acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesas pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais; os registros realizados pela fiscal do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

9.3. A gestora da ata tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

9.4. A gestora da ata também acompanhará o prazo de vigência da ata, de registro de preços será de 01 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

9.5. Os valores registrados serão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, salvo nos casos previstos no artigo 124, Inciso II, alínea d.

9.6. Transcorrido o prazo de 12 (doze) meses, caso opte pela prorrogação da vigência da ata de registro de preços, o valor registrado poderá ser reajustado, com base no índice INPC.

9.7. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.8. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

9.9. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

9.10. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

9.11. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

9.12. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

9.13. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for

necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#));

9.14. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

9.15. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

9.16. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas apazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

9.17. O fiscal técnico do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual

9.18. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de Apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

9.19. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

9.20. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

9.21. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

9.22. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

9.23. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

9.24. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

9.25. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelas Secretarias Municipais da Prefeitura Municipal de Dois Irmãos do Buriti, na qualidade de Usuária da Ata.

10.2. Caberá a Usuária da Ata a responsabilidade, após o registro de preços, pelo controle do cumprimento de todas as obrigações relativas à prestação, inclusive aplicação das sanções previstas neste edital.

10.3. As Usuárias da Ata deverão informar ao Órgão Gerenciador do Registro de Preços, do não comparecimento da fornecedora para a retirada da nota de empenho ou instrumento equivalente, conforme o caso, visando à convocação dos remanescentes e aplicação das penalidades cabíveis ao fornecedor faltoso.

10.4. A ARP será utilizada somente pelos órgãos ou entidades da Administração Pública Municipal, sendo vedada a adesão da mesma para qualquer órgão ou entidade da Administração Pública de outros Estados ou Municípios.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

11.1. Compete ao Órgão Gerenciador:

11.2. Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a contratada;

11.3. Fornecer e colocar à disposição da contratada todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução do fornecimento;

11.4. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações a serem contratadas, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da empresa prestadora dos produtos nas dependências da Secretaria;

11.5. Notificar, formal e tempestivamente, a contratada sobre as irregularidades observadas no cumprimento deste contrato;

11.6. Notificar a contratada, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;

11.7. Fiscalizar o presente contrato através do setor competente da contratante;

11.8. Designar um servidor de seu quadro de funcionários para o recebimento e a fiscalização da entrega do objeto deste contrato;

11.9. Rejeitar o fornecimento do objeto deste contrato, por terceiros, no todo ou em parte, sem autorização;

- 11.10. Da Detentora da Ata de Registro de Preço (Fornecedora)
- 11.11. Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas durante toda a vigência do Contrato, informando ao contratante a ocorrência de qualquer alteração nas referidas condições;
- 11.12. Responsabilizar-se pelos produtos, objeto do Contrato, respeitando em especial o prazo de entrega estabelecido, respondendo civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa sua, de seus empregados, prepostos, ou terceiros no exercício de suas atividades, vier a direta ou indiretamente, causar ou provocar ao Contratante e a terceiros;
- 11.13. Dar total garantia e suporte técnico especializado quanto ao objeto licitado fornecido, bem como efetuar a substituição imediata, e totalmente às suas expensas de qualquer dos produtos entregue comprovadamente adulterado ou fora das especificações técnicas e padrões de qualidade.
- 11.14. Responsabilizar-se por todo e qualquer dano que causar ao Órgão, ou a terceiros, ainda que culposo praticado por seus prepostos, empregado ou mandatários, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento Município.
- 11.15. A Empresa contratada deverá cumprir todas e quaisquer exigências legais, e ou eventuais pertinentes aos produtos licitados.
- 11.16. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o Contrato.
- 11.17. Responsabilizar-se pelos atrasos e/ou prejuízos decorrentes de paralisação parcial ou total na entrega dos produtos.
- 11.18. O preço ofertado pela empresa licitante vencedora deverá incluir todas as despesas relativas ao objeto contratado. Arcar com o pagamento de todos os encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários, securitários e outros advindos da execução do objeto, de forma a eximir a Secretaria Requisitante de quaisquer ônus e responsabilidades.
- 11.19. Responder por quaisquer danos ou prejuízos que venha, direta ou indiretamente, por sua culpa ou dolo, a causar à Secretaria Requisitante ou a terceiros, durante a execução do contrato de fornecimento, inclusive por atos praticados por seus funcionários, ficando, assim, afastada qualquer responsabilidade da Secretaria.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES E MULTAS

- 12.1. Observado o disposto no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, poderão ser aplicadas as seguintes sanções à CONTRATADA:
- Advertência;
 - Multa compensatória entre [0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento)] do valor do contrato celebrado;
 - Impedimento de licitar e contratar;
 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 12.2. O procedimento, hipóteses de descumprimento e aplicação das sanções seguirá os preceitos estabelecidos na Lei n. 14.133/21.
- 12.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 12.4. A aplicação das sanções previstas no caput deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- 12.5. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, no percentual de 10% da obrigação não cumprida.
- 12.6. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas no item
- 12.7. As sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente, nos termos do art. 156, § 7º, da Lei n. 14.133/21.
- 12.8. Não serão consideradas sanções e/ou penalidades os valores descontados em função do não cumprimento dos produtos ou de metas aprovadas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICIDADE:

- 13.1. O extrato da presente Ata de Registro de Preços será publicado no Diário Oficial do Município e nos órgãos em que a Lei exige.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

- 14.1. As despesas decorrentes das aquisições da presente licitação correrão a cargo da Município de Dois Irmãos do Buriti, usuária da Ata de Registro de Preços, cujos Programas de Trabalho, Elementos de Despesas e Fontes de Recursos constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observadas as condições estabelecidas neste edital e ao que dispõe a Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO:

- 15.1. As partes elegem o foro do Município de Dois Irmãos do Buriti – MS, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
- 15.2. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº. 14.133/2023, e demais normas aplicáveis à matéria de licitações e contratos administrativos, e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.
- 15.3. E, assim, por estarem justas e convencionadas, as partes assinam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Dois Irmãos do Buriti – MS, 06 de agosto de 2024.
MUNICÍPIO DE DOIS IRMÃOS DO BURITI – MS
WLADEMIR DE SOUZA VOLK – PREFEITO MUNICIPAL

DILUZ COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA
VALÉRIA ZAN MOLINARO
Detentora

MEPS LED ATACADO E DISTRIBUIDORA LTDA
MARIA EDUARDA PRADO DA SILVA
Detentora

W LED ELÉTRICA LTDA,
WEBERSSON FLORES ARGUELHO
Detentora

AVISOS/ EDITAIS

AVISO DE ADIAMENTO

Informamos aos interessados que o AVISO DE INTERESSE DE CONTRATAÇÃO DIRETA do PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 047/2024, cujo objeto é: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AMPLIAÇÃO DA ESCOLA EXTENSÃO SILVERIO RODRIGUES MAMEDES E DO POSTO DE SAÚDE NA ALDEIA BARRERINHO NOVA NO MUNICÍPIO DE DOIS IRMÃOS DO BURITI/MS, publicado no Diário Oficial do Município na data de 05/08/2024, página 02, sofrerá uma alteração na data limite para apresentação das propostas, pois as planilhas orçamentárias serão revisadas.

Dois Irmãos do Buriti – MS, 08 de agosto de 2024.
JAILSON LUIZ DE LEDESMA
Secretário Municipal de Educação

SILAS ALVES PEREIRA
Secretário Municipal de Saúde

AVISO DE EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 017/2024
PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2024

O MUNICÍPIO DE DOIS IRMÃOS DO BURITI, por intermédio da Agente de Contratação nomeada pela Portaria nº 004/2024 de 09/01/2024, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberta o certame na modalidade Pregão na forma presencial, cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital e seus Anexos, nos termos da legislação pertinente:

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS “DE REFERÊNCIA E GENÉRICOS” PARA FORNECIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE DOIS IRMÃOS DO BURITI VISANDO A DISTRIBUIÇÃO GRATUITA À PACIENTES COM PRESCRIÇÃO MÉDICA, OU DETERMINAÇÕES JUDICIAIS.

TIPO: MAIOR DESCONTO POR ITEM

CRITÉRIO: ITEM

MODO DE DISPUTA: ABERTO

DATA DE ABERTURA: 22 DE AGOSTO DE 2024

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 08h00min (Oficial MS)

INFORMAÇÕES: Departamento de Compras e Licitações, situado na – Avenida Reginaldo Lemes da Silva, nº 01, Bairro Centro, CEP79.215-000, Dois Irmãos do Buriti – MS, e-mail: licitação@doisirmaosdoburiti.ms.gov.br ou podendo ser adquirido pelo site: <http://www.doisirmaosdoburiti.ms.gov.br>.

Dois Irmãos do Buriti - MS, 09 de agosto de 2024.

ROSELY LACERDA MIYADI
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

ATOS DO PREVDIB

TERMOS

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00306/2024)

DEVEDOR			
Ente Federativo/UF:	Dois Irmãos do Buriti/MS	CNPJ:	24.616.187/0001-10
Endereço:	AVENIDA REGINALDO LEMES DA SILVA, 001	CEP:	79215-000
Bairro:	CENTRO	Fax:	(067) 3243-1117
Telefone:	0673243-1117		
E-mail:	prefeitura@doisirmaosdoburiti.ms.gov.br		
Representante	WLADEMIR DE SOUZA VOLK		
CPF:	[REDAZIDO]		
Cargo:	Prefeito	Complemento:	
E-mail:	sergiocontador.dib@hotmail.com	Data início da	01/01/2021
CREADOR			
Unidade Gestora:	Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Dois	CNPJ:	10.696.184/0001-20
Endereço:	Av. Reginaldo Lemes da Silva, 310	CEP:	79215-000
Bairro:	Centro	Fax:	(067) 3243-1007
Telefone:	673243-1007		
E-mail:	prevdib@hotmail.com		
Representante	ALEXANDRE RIBEIRO		
CPF:	[REDAZIDO]		
Cargo:	Diretor	Complemento:	
E-mail:	presidencia@prevdib.ms.gov.br	Data início da	02/02/2024

As partes acima identificadas firmam o presente Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários com fundamento na Lei nº Lei Municipal 865/2024 de 28 de junho de 2024 e em conformidade com as cláusulas e condições abaixo :

Cláusula Primeira - DO OBJETO

O Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Dois Irmãos do Buriti é CREDOR junto ao DEVEDOR Municípios de Dois Irmãos do Buriti da quantia de R\$ 3.473.725,07 (três milhões e quatrocentos e setenta e três mil e setecentos e vinte e cinco reais e sete centavos), correspondentes aos valores de Contribuição Patronal devidos e não repassados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores públicos, relativos ao período de 07/2023 a 05/2024, cujo detalhamento encontra-se no Demonstrativo Consolidado do Parcelamento - DCP anexo.

Pelo presente instrumento o/a Municípios de Dois Irmãos do Buriti confessa ser DEVEDOR do montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma aqui estabelecida.

O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida e assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do CREDOR de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

Cláusula Segunda - DO PAGAMENTO

O montante de R\$ 3.473.725,07 (três milhões e quatrocentos e setenta e três mil e setecentos e vinte e cinco reais e sete centavos), será pago em 60 (sessenta) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 57.895,42 (cinquenta e sete mil e oitocentos e noventa e cinco reais e quarenta e dois centavos) atualizadas de acordo com o disposto na Cláusula Terceira.

A primeira parcela, no valor R\$ 57.895,42 (cinquenta e sete mil e oitocentos e noventa e cinco reais e quarenta e dois centavos), vencerá em 31/08/2024 e as demais parcelas na mesma data dos meses posteriores, comprometendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas nas datas fixadas, atualizadas conforme o critério determinado na Cláusula Terceira.

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

A dívida objeto do parcelamento constante deste instrumento é definitiva e irredutível, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da dívida, atualizada pelos critérios fixados na Cláusula Terceira até a data da inscrição em Dívida Ativa.

Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Ministério da Previdência Social as informações referentes ao presente acordo de parcelamento através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.

Cláusula Terceira - DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES

Os valores devidos foram atualizados pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao de sua consolidação em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acrescidos de juros legais composto de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao da consolidação, e multa de 2,00% (dois por cento), conforme Lei nº Lei Municipal 865/2024 de 28 de junho de 2024.

Parágrafo primeiro - As parcelas vencidas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pelo IPCA acumulado desde o mês da consolidação dos débitos até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração acrescido de juros legais composto de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês),

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00306/2024)

DECLARAÇÃO

WLADEMIR DE SOUZA VOLK, Prefeito, DECLARA para os devidos fins, que o Termo de Acordo de Parcelamento e Confissões de Débitos Previdenciários nº 00306/2024, firmado entre o/a Dois Irmãos do Buriti e o Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Dois Irmãos do Buriti em 10/07/2024, foi publicado em ____/____/____ no

() mural
() jornal _____ - Edição nº _____, de ____/____/____
() Diário Oficial do _____ - Edição nº _____, de ____/____/____

Por ser expressão da verdade, firma a presente.

Dois Irmãos do Buriti, ____/____/____

CPF	NOME	RESPONSABILIDADE	ASSINATURA DIGITAL
██████████	WLADEMIR DE SOUZA VOLK	Representante Legal do Ente	Assinado digitalmente em 31/07/2024
██████████	ALEXANDRE RIBEIRO	Representante da Unidade	Assinado digitalmente em 31/07/2024
██████████	PABLO RODRIGUES GAZOTE	Testemunha 1	Assinado digitalmente em 31/07/2024
██████████	HANATIEL MOURA DOS SANTOS	Testemunha 2	Assinado digitalmente em 06/08/2024



Este documento foi assinado digitalmente por completo em 06/08/2024 13:45:47.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://cadprev.previdencia.gov.br:443/Cadprev/pages/publico/assinatura/validacao.xhtml?verificador=1375811&crc=8B209D48>, informando o código verificador: 1375811 e código CRC: 8B209D48.

AUTORIZAÇÃO PARA DÉBITO NA CONTA DE REPASSE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - FPM			
Anexo ao Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários			
Acordo CADPREV nº	00306/2024	Data	10/07/2024
Valor consolidado	3.473.725,07	Valor da prestação inicial	57.895,42
Número prestações	60	Vencimento 1ª prestação	31/08/2024
DEVEDOR			
Ente Federativo	Dois Irmãos do Buriti/MS	CNPJ	24.616.187/0001-10
Representante Legal	WLADEMIR DE SOUZA VOLK	CPF	██████████
Conta para débito	Banco do Brasil	Agência nº	3093-7
		Conta nº	48043-6
CREDOR			
Unidade Gestora	Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Dois Irmãos do Buriti	CNPJ	10.696.184/0001-20
Representante Legal	ALEXANDRE RIBEIRO	CPF	██████████
Conta para crédito	Banco do Brasil	Agência nº	30937
		Conta nº	9300-9
1. O ente federativo acima qualificado, por intermédio de seu representante legal, na condição de devedor da Unidade Gestora de seu RPPS, na forma do Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários acima identificado, identifica o Banco do Brasil de que, segundo o estabelecido na cláusula quarta do referido termo de acordo, ocorreu a vinculação dos valores do Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento;			
2. Desse modo, o ente federativo autoriza o Banco do Brasil a debitar na conta destinada às liberações do FPM e transferir para a conta da Unidade Gestora os valores não pagos no seu vencimento, enquanto estiver vigente e o termo de acordo, observado o seguinte procedimento:			
2.1 - Decorridos 5 (cinco) dias do vencimento da prestação do acordo de parcelamento sem que o ente federativo tenha efetivado o pagamento, a Unidade Gestora encaminhará ao Banco do Brasil demonstrativo atualizado do valor devido, com cópia ao ente.			
2.2 - Recebida a comunicação, o Banco do Brasil debitará o valor devido na conta do ente federativo, na data de liberação da primeira parcela subsequente do FPM, transferindo-o de imediato para a conta da Unidade Gestora.			
2.3 - Se o valor disponível na conta do FPM não for suficiente para liquidação do valor devido, este será amortizado pelo saldo existente na conta, e o resíduo será debitado na parcela subsequente de crédito do FPM.			
2.4 - O valor devido, indicado para débito na conta do ente federativo, conforme item 2.1, é de inteira responsabilidade da Unidade Gestora, eximindo-se o Banco do Brasil de qualquer responsabilidade quanto ao seu cálculo.			
3. O ente federativo declara-se ciente de que a revogação desta autorização antes da quitação integral do acordo de parcelamento constituirá causa para a rescisão antecipada do termo de acordo, com as consequências estabelecidas em sua cláusula quinta.			
4. Esta autorização constitui para integrante do termo de acordo e será, após assinada pelos envolvidos, digitalizada e enviada ao Ministério da Previdência Social, por meio do CADPREV.			
Dois Irmãos do Buriti/MS - 10/07/2024			
ASSINATURAS			
BANCO DO BRASIL (*)			

(*) Identificar o responsável (nome, cargo e matrícula).

CPF	NOME	RESPONSABILIDADE	ASSINATURA DIGITAL
██████████	WLADEMIR DE SOUZA VOLK	Representante Legal do Ente	Assinado digitalmente em 31/07/2024
██████████	ALEXANDRE RIBEIRO	Representante da Unidade	Assinado digitalmente em 31/07/2024
██████████	PABLO RODRIGUES GAZOTE	Testemunha 1	Assinado digitalmente em 31/07/2024
██████████	HANATIEL MOURA DOS SANTOS	Testemunha 2	Assinado digitalmente em 06/08/2024



Este documento foi assinado digitalmente por completo em 06/08/2024 13:45:47.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://cadprev.previdencia.gov.br:443/Cadprev/pages/publico/assinatura/validacao.xhtml?verificador=1375811&crc=8B209D48>, informando o código verificador: 1375811 e código CRC: 8B209D48.

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

SEM ATOS PARA ESTA EDIÇÃO